

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: A saúde suplementar e o ressarcimento ao SUS	3
1. A saúde suplementar na Constituição de 1988	3
2. A criação do ressarcimento ao SUS	6
3. A divergência sobre a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS	8
Capítulo 2: O Processo Administrativo do Ressarcimento ao SUS na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	27
1. A necessária aplicação supletiva e subsidiária da Lei nº 9.784/99 e do Código de Processo Civil	27
2. As fases do processo administrativo de ressarcimento ao SUS na ANS. A relevância da produção probatória. Acesso aos prontuários médicos. A questão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	29
3. A incidência de juros de mora e de multa de mora nos processos de ressarcimento ao SUS na ANS	37
Capítulo 3. As Principais Controvérsias no Ressarcimento ao SUS.....	53
1. O valor do ressarcimento ao SUS – TUNEP e IVR.....	53
2. O prazo para a constituição e cobrança do ressarcimento ao SUS.....	68
3. A abrangência dos serviços que podem ser objeto de ressarcimento ao SUS.....	86

3.1. Atendimentos e procedimentos eletivos realizados em período de carência	86
3.2 Atendimentos e procedimentos no SUS em relação a usuários inadimplentes	99
3.3 Atendimentos e procedimentos no SUS ocorridos em data anterior à inclusão do beneficiário no plano de saúde e posteriores à rescisão do contrato de prestação de serviços.....	100
3.4 Atendimentos e procedimentos no SUS realizados por pacientes que não são beneficiários dos planos de saúde	103
3.5 Ressarcimento ao SUS relativo a contratos anteriores à entrada em vigor da Lei nº 9.656/98.....	107
3.6 Atendimentos e procedimentos no SUS relativos a hipóteses não cobertas pelo plano de saúde privado... ..	119
3.7 Atendimentos e procedimentos no SUS ocorridos em data anterior à inclusão no rol de cobertura mínima obrigatória (art. 10 da Lei nº 9.656/98)	129
4. Ativos garantidores e ressarcimento ao SUS. A possibilidade de utilização dos valores para suspensão de exigibilidade dos créditos ou garantia em execução fiscal.....	131
5. Os projetos legislativos que buscam modificar o ressarcimento ao SUS	138
6. A pandemia da COVID-19 e o ressarcimento ao SUS	147
Conclusões	153
Bibliografia	157